



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIII/ 3.ª SL

Em 10 de janeiro de 2018, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Fixação de redações finais de textos aprovados, designadamente:

Texto que "Altera o Código de Processo Penal permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos" [Proposta de Lei n.º 96/XIII/3.ª (GOV)];

Texto que "Altera o Regimento da Assembleia da República, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo" [Projeto de Resolução n.º 833/XIII/2.ª (PS)];

4. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à importação de bens culturais [COM (2017) 375];  
Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)
5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:

Petição n.º 297/XIII/2.ª - Solicitam que não se proceda ao encerramento da Secção de Bombeiros Voluntários de Ruivães - Vieira do Minho;  
Relatora - Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)

Petição n.º 393/XIII/3.ª - Solicita a adoção de medidas para suprir a perda de capacidade operacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);

Petições n.ºs 403/XIII/3.ª, 404/XIII/3.ª, 409/XIII/3.ª, 412/XIII/3.ª, 413/XIII/3.ª, 417/XIII/3.ª, 421/XIII/3.ª, 422/XIII/3.ª, 423/XIII/3.ª e 424/XIII/3.ª - "Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência";

6. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
7. Designação dos dois representantes da 1.ª Comissão no Júri do Prémio Barbosa de Melo;
8. Apresentação do relatório de participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar FEMM (Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 de novembro de 2017) - Deputadas Elza Pais (PS) e Ângela Guerra (PSD);
9. Apreciação da comunicação do Presidente da República que devolve à Assembleia da República, sem promulgação, o Decreto da AR n.º 177/XIII, relativo ao Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais;
10. Outros assuntos.

12 Horas

Audiência da Comissão Nacional de Proteção de Dados para apresentação do relatório de atividades de 2016 e plano de atividades de 2018.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIII/ 3.ª SL**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

**PROJETOS DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	CONSULTAS A PROMOVER	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 720/XIII/3.ª (PS)	<a href="#">Estabelece o regime aplicável à cobrança extrajudicial de créditos vencidos e às empresas que se dedicam a essa atividade</a>	OA /CSM / CSMP / CNPD / OSAE / ASAE / Direção-Geral das Atividades Económicas e a Direção-Geral do Consumidor	Deputada Andreia Neto (PSD)
PJL 725/XIII/3.ª (PS)	<a href="#">Aprova o regime das matérias classificadas</a>	Gabinete Nacional de Segurança /CNPD / CADA	Deputado José Manuel Pureza (BE)

Não havendo iniciativas europeias a distribuir, passou-se ao ponto seguinte, que consistia na fixação de redações finais, em cumprimento do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, dos seguintes textos aprovados:

- texto que « Altera o Código de Processo Penal permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos » [[Proposta de Lei n.º 96/XIII/3.ª \(GOV\)](#)], tendo sido fixada por unanimidade a redação final do texto e aceites, na ausência do CDS-PP e do PEV, as sugestões de redação constantes da informação n.º 2/DAPLEN/2018, de 8 de janeiro de 2018, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção da prevista para o artigo 315.º, mais se tendo deliberado aperfeiçoar o artigo 1.º do Decreto para «A presente lei procede à trigésima alteração do Código de Processo Penal» e, em consequência, o título.

- texto que «Altera o Regimento da Assembleia da República, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo» [[Projeto de Resolução n.º 833/XIII/2.ª \(PS\)](#)], tendo sido fixada por unanimidade a redação final do texto e aceites, na ausência do CDS-PP e do PEV, as sugestões de redação constantes da informação n.º 9/DAPLEN/2018, de 9 de janeiro de 2018, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

No quarto ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à importação de bens culturais [[COM \(2017\) 375](#)], que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), e no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV.

No ponto seguinte, por não se encontrar presente a respetiva relatora, Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), foi adiada, para a reunião seguinte, a apreciação do relatório intercalar sobre a [Petição n.º 297/XIII/2.<sup>a</sup>](#) - Solicitam que não se proceda ao encerramento da Secção de Bombeiros Voluntários de Ruivães - Vieira do Minho.

Seguiu-se a apreciação do relatório final da [Petição n.º 393/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Solicita a adoção de medidas para suprir a perda de capacidade operacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), assinado pelo Senhor Presidente da Comissão, em representação desta. O mesmo foi elaborado em resultado da nota de admissibilidade admitida liminarmente em 29 de novembro de 2017, data em que foi deliberado não nomear relator. Hoje, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV.

Foi apreciado, ainda, o relatório final conjunto das Petições n.ºs [403/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [404/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [409/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [412/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [413/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [417/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [421/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [422/XIII/3.<sup>a</sup>](#), [423/XIII/3.<sup>a</sup>](#) e [424/XIII/3.<sup>a</sup>](#) – Solicitam a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil/Gestão de Emergência, assinado pelo Senhor Presidente da Comissão, em representação desta. Em 6 de dezembro de 2017 fora deliberado não nomear relator e elaborar o relatório final em resultado da aprovação pela comissão da respetiva nota de admissibilidade. Uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao sétimo ponto da ordem de trabalhos, que se prendia com a constituição do júri do Prémio António Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares e que, nos termos do Despacho n.º 56/XIII – Criação do Prémio António Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares -, seria presidido pelo Presidente da 1.<sup>a</sup> Comissão, integrando dois



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIII/ 3.ª SL

representantes da 1.ª Comissão e dois representantes da Comissão de Educação e Ciência. O Senhor Presidente informou que estabelecera um primeiro contacto com o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, tendo os dois acordado no sentido de a constituição do júri assegurar a maior representatividade dos Grupos Parlamentares, pelo que sugeria que os Senhores Deputados coordenadores dos Grupos Parlamentares das duas Comissões envolvidas se articularassem para encontrar os nomes a indicar, tendo os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS) informado que indicariam até ao final do dia os seus representantes.

No oitavo ponto, a Senhora Deputada Elza Pais (PS) fez a apresentação do relatório de participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar FEMM, que se realizara no Parlamento Europeu, em Bruxelas, em 21 de novembro de 2017, e na qual participara ela própria e a Senhora Deputada e Ângela Guerra (PSD). No final, o Senhor Presidente e o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) agradeceram a apresentação e a participação das Senhoras Deputadas, em representação da Assembleia da República.

No nono ponto da ordem de trabalhos, que consistia na apreciação da comunicação do Presidente da República que devolveu à Assembleia da República, sem promulgação, o Decreto da Assembleia da República n.º 177/XIII, relativo ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, intervieram no debate, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados José Silvano e Carlos Abreu Amorim (PSD), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), José Manuel Pureza (BE) e Jorge Lacão (PS), tendo todos os oradores se pronunciado sobre o procedimento e os métodos de funcionamento do grupo de trabalho informal constituído para o efeito, deixando a reapreciação do conteúdo da iniciativa legislativa para momento oportuno - o registo áudio deste debate pode ser consultado [aqui](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

No final, o senhor Presidente agradeceu a forma exemplar como o Senhor Deputado José Silvano (PSD) coordenou a atividade do Grupo de Trabalho informal - Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, cujo texto produzido e consensualizado nesse âmbito fora apresentado na reunião da 1.ª Comissão de 18 de outubro de 2017 e, nesse mesmo dia, disponibilizado às direções dos grupos



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

parlamentares e ao Deputado Único Representante do Partido Pessoas-Animais-Natureza.

No último ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) sugeriu que relativamente aos Projetos de Lei n.ºs 694/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) e 721/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) – alteração do regime jurídico dos Inquéritos Parlamentares -, que baixaram na especialidade à Comissão na passada sexta-feira, fosse adotada uma metodologia idêntica à que fora seguida anteriormente, em 2006, com a criação, designadamente, de um grupo de trabalho, tendo o Senhor Presidente informado que, na reunião seguinte, seria agendado um ponto na ordem de trabalhos com vista à definição da metodologia a seguir nesse processo legislativo.

Por último, a Senhora Deputada Susana Amador (PS) informou que o Grupo Parlamentar do PS iria apresentar um requerimento escrito com o objetivo de constituir um grupo de trabalho para apreciar o Projeto de Lei n.º 700/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) e os Projetos de Resolução n.ºs 570/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) e 1203/XIII/3.<sup>a</sup> (BE), iniciativas que incidem sobre os Direitos das Crianças em Portugal, e realizar um conjunto de audições nesse âmbito. A esse propósito, a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) alertou para a possibilidade de haver sobreposição das reuniões dos diferentes grupos de trabalho já criados ou a criar, situação que deveria ser evitada.

Após uma curta interrupção, teve início a audiência da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), para apresentação do relatório de atividades de 2016 e do plano de atividades de 2018.

A Senhora Presidente da CNPD (Filipa Calvão), na sua intervenção inicial, explicou que a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados implicava uma alteração profunda das funções daquela organização, pelo que era necessária uma reorganização. Em seguida, fez chegar aos grupos parlamentares presentes uma proposta de lei orgânica da CNPD. Solicitou ainda um reforço do orçamento daquela Comissão.

Após essa intervenção usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Sandra Cunha (BE), Telmo Correia (CDS-PP), e Jorge Machado (PCP), a cujas questões a Presidente da CNPD respondeu no final,



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIII/ 3.ª SL**

umas das quais foi complementada com a intervenção da Senhora Isabel Cruz (Secretária).

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de janeiro de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelas de Vasconcelos)**

**Nota: Aprovada a 7 de fevereiro de 2018**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Teresa Morais  
Vânia Dias da Silva  
Carla Sousa  
Jorge Lação  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Fernando Rocha Andrade

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira